

NO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (SECÇÃO DE SÃO PAULO)

1. conferência

2. urbanismo

3. planejamento urbano

URBANISMO EM AÇÃO

duplo

Palestra do Arq.º Prof. CARLOS A GOMES CARDIM FILHO
Diretor do Departamento de Urbanismo.

Com a sessão desta noite, encerramos a parte referente às conferências do programa organizado pelo Departamento de Urbanismo de São Paulo, para as comemorações do "Dia Mundial do Urbanismo".

Coube a nós, como Diretor do Departamento de Urbanismo, proferir a palestra referente ao "Urbanismo em ação", pois o aspecto teórico e a demonstração prática do urbanismo em São Paulo já foram brilhantemente esplanados pelos oradores que me antecederam e, na Galeria do Vladuto, está aberta para o público a Exposição de Urbanismo com os trabalhos das várias atividades da Prefeitura ligadas às obras urbanísticas de São Paulo.

Uma das formas de ser efetivada a ação urbanística numa cidade é a propaganda feita pelos seus órgãos técnicos, propaganda essa que deve descer até às massas mais simples da população e ressoar vibrantemente junto às autoridades superiores, tudo dentro de uma orientação sadia, visando sempre o bem coletivo.

A cidade não pode ser encarada somente pelo seu poderio material e construções gigantescas, que impressionam o turista que passa, porém, como um aglomerado de edifícios para agasalhar uma população que trabalha para viver dignamente e não vive para ser escrava do trabalho dentro de um diário esgotamento físico e moral.

A noção comum, enraizada na massa da população, é que o urbanismo consiste em rasgar avenidas, fazer grandes prédios e construir pontes. Não se compreende que tudo isso não funciona sem um planejamento, sem um plano "piloto", sem a necessária autoridade e compreensão urbanística, autoridade para aqueles que planejam e compreensão para os que executam e, principalmente, para os que vão utilizar-se do bem estar da coisa planejada.

O urbanista que, para muitos, se apresenta como um cientista objetivo, deve ter, no fundo, aquela grande responsabilidade do sociólogo. Não deve impôr na cidade somente aquilo que julga teoricamente acertado, mas sim o que pode ser aceito dentro das características de costumes, de raça, de local. Exemplificando: o célebre zoneamento tão reclamado, tão necessário à cidade, em face das dificuldades de uma melhor e completa pesquisa e de uma planta atualizada, levou o Departamento de Urbanismo, pela sua Divisão especializada, a organizar um zoneamento provisório, razoável, dentro das características sintomáticas deste grande doente, que é a cidade, visando facilitar e encaminhar os problemas futuros e não criar novos problemas confundindo mais a cidade. E, neste ponto, procuram aqueles eternos incontentáveis estabelecer confusão na solução do problema. Os urbanistas da Prefeitura sabem o que estão fazendo para orientar a alta administração e é bem possível, dado o adiantado do trabalho, que este ano tenhamos já o estudo completo para ser transformado em lei. Não é um projeto fantástico o de

que iremos tomar conhecimento. Encaminharemos, oportunamente, um projeto real, que casa bem ao figurino da cidade permitindo encurtar ou aumentar o seu talhe, numa pesquisa mais profunda ou numa observação de casos concretos.

Não precisamos de glória e nem invocamos prioridade de estudos. Queremos trabalhar dentro de um espírito de equipe no sentido do planejamento, sem preocupações pessoais, egocêntricas, sabendo ceder diante da opinião da maioria equilibrada, sem, no entanto, ter arrefecido o entusiasmo, na discussão dos problemas e nas sugestões elevadas, colocadas em tela.

O gregarismo é a razão de ser da vida coletiva. O urbanista isolado e inimigo dos colegas é uma planta daninha, que destroe sem construir. Da discussão elevada, precisamos, para resolver os problemas urbanísticos, antes do traçado definitivo, a fim de aperfeiçoar a obra idealizada; depois de feito é fácil criticar, mas a crítica deve ser oportuna. Isto é, realizada durante a elaboração do projeto. Eis por que o Departamento de Urbanismo, hoje, é uma grande família. Os seus planejadores discutem os problemas, frequentemente, em equipe, para depois, darem a solução final ao projeto. Uns perdem em seus pontos de vista, outros ganham, mas, no final, todos se confraternizam, solidarizando-se nas assinaturas em equipe do projeto. Esse espírito de planejamento é que queremos levar para fora do ambiente da Prefeitura, procurando dar à nova geração de urbanistas o sentido do espírito universitário, que ainda não temos, mas para o qual caminhamos com grandes esperanças.

A obra individualista é boa, no urbanismo, como contribuição cultural e os responsáveis pela cidade estão sempre atentos e ansiosos para receberem essa colaboração a fim de a passarem pelo crivo de seu Departamento e dela tirarem tudo que possa ser útil à cidade. É o particular, é o poder informativo e crítico do jornal, da revista técnica, são as altas administrações: o Executivo e Legislativo, os órgãos de classe, as entidades ligadas aos interesses urbanos, todas dando útil contribuição, exercendo a crítica construtiva.

A verdade disso está no estudo do Código de Obras, tão discutido, tão reclamado, que já mandamos há meses à Câmara Municipal e, até hoje, aguarda a crítica dos órgãos de classe. Para chegar àquela redação, que mereceu elogios das Comissões Mistas dos Institutos de classe, não foi sem trabalho e sacrifício pessoal. O que recebemos, como estudo da Comissão anterior, era uma compilação confusa obrigando o brilhante jurista, presidente da Comissão do Código, Dr. Numa Gurgel a abandonar o seu roteiro para seguir o do atual Código de Obras, na sua atualização. No capítulo do zoneamento, o fenômeno do mal estar e da confusão é o mesmo, mas estamos enfrentando o estudo corajosamente, com dedicação, contando com o auxílio da Divisão do Planejamento do Urbanismo. Tudo porque foi obra individualista, pes-

soal, o estudo existente, o que é contrário aos princípios de Urbanismo.

Nesse intervalo, surgiu o Código Sanitário, trabalho de equipe bem elaborado, mas que não teve o ajustamento com a Comissão atual do Código de Obras, dado o adiantamento do seu estudo e a necessidade de sua modernização para aplicação nas cidades do interior. Apareceu, então, um conflito de exigências com o Município da Capital, que as altas autoridades do Estado já estão providenciando para corrigir, no sentido de adotar, nesse entrosamento, o que for aceito na redação final do Código de Obras, hoje nas Comissões da Câmara.

O Código de Edificações, o Zoneamento, os Arruamentos e Loteamentos, são três capítulos que podem ser aprovados separadamente e assim publicados, como está sendo feito em todas as grandes capitais. Constitui fantasia, que não merece crítica, dizer que um não pode funcionar sem outro, que um deve prevalecer sobre outro. Na Comissão, adotamos a técnica de preferência ao primeiro capítulo, pois a maior grita era sobre a necessidade da atualização da parte das edificações, cujos problemas criados por nova orientação da Administração Superior na interpretação do Código de Obras, sem as tradições de sua aplicação, estavam formando uma atmosfera insustentável para a Prefeitura e para os Engenheiros e Arquitetos que projetam na cidade. A prioridade veio por uma razão de fato e não por uma razão técnica.

O dia do Urbanismo tem este grande valor: permitir que se faça uma espécie de declaração pública sobre certos problemas importantíssimos da cidade, com verdade e clareza, dentro da linha correta da disciplina. As explicações aí estão para o julgamento da cidade e apreciação dos munícipes.

Agora o plano regulador, o decantado plano "piloto".

É claro que sem planejamento a cidade não caminha disciplinada, e cidade disciplinada é economicamente dirigida. É comum os administradores dizerem ao urbanismo que temos muitos planos, mas precisamos dinheiro. Esta afirmação comprova mais o que dissemos, que o planejamento deve ser completo e sob uma supervisão urbanística. Nesse sentido temos que organizar todas as nossas necessidades, classificar as obras de prioridade, solicitar, sem receios, recursos necessários, preparar uma legislação, a fim de obter os meios necessários para aplicação da taxa de melhoria, cuja lei federal urge ser reformada. Sem isso, continuaremos na situação dos particulares, reclamando os melhoramentos, obtendo-os sem contribuir para tal situação. Já nos deram autonomia, agora é necessário autonomia financeira para realização das obras públicas.

A taxa de calçamento permite uma execução planejada do calçamento da cidade, classificando-se São Paulo, neste ano, como a cidade que mais criou no menor prazo. Chegará a 2.000.000 de metros quadrados, em 1952, a execução do